

A Resistência do corpo*

*Antonio Donato***

*Leonardo Tonelli****

Resumo

Este ensaio teórico propõe um conjunto de reflexões críticas sobre a educação física enquanto disciplina, através uma leitura das formas com as quais ela age sobre os corpos conforme aos projetos políticos e socioeconômicos que a sustentam. Legitimado por dispositivos institucionais, como por exemplo a escola, esta prática tem o poder de controlar, normalizar, determinar os corpos, reproduzindo modelos funcionais ao sistema socioeconômico. Através das práticas de saber e poder da educação física sobre o corpo, ocorre uma de-subjetivação, dentro da qual condutas, comportamentos e hábitos acabam sendo naturalizados. Ao longo do texto são apresentadas algumas pistas teóricas para tentar desmascarar os assuntos ideológicos que determinam a disciplina educação física, e ao mesmo tempo para repensá-la como campo de resistência aos dispositivos normalizadores, a partir do paradigma antropológico da incorporação.

Palavras-chave: Incorporação, Educação física; Corpo; Resistência.

* Os dois autores italianos fazem parte da Associação “Leib, il corpo che resiste”, nascida na cidade de Bolonha (Itália) em 2016 a partir das experiências do Coletivo Tommie Smith, com o objetivo de desenvolver reflexões e práticas transformativas sobre o corpo e sua força instituinte, nos campos da formação, da pesquisa e das intervenções sociais, especialmente por meio do esporte popular e de práticas corporais. A Associação Leib acompanha e apoia as atividades do Laboratório Ítalo-Brasileiro de Formação e de Práticas em Saúde Coletiva. No fevereiro de 2018 a Associação Leib organizou em Bolonha o Seminário “Cosa può un corpo? Saperi e pratiche”, que hospedou palestrantes internacionais interessados em discutir práticas corporais e corporalidade de forma crítica e transformadora. A partir da experiência do seminário foi possível desenvolver este dossiê, que recolhe algumas das contribuições dos autores que participaram do evento e outras que se agregaram para integrar o trabalho.

** Università degli Studi di Padova. Padova, Italia.

E-mail: antonio.donato@phd.unipd.it. <http://orcid.org/0000-0002-9942-2064>.

*** Associação Leib Cidade. Bologna, Italia.

E-mail: toneleo.90@hotmail.it. <http://orcid.org/0000-0002-8575-6733>.

La resistencia del cuerpo

Resumen

Este ensayo teórico propone un conjunto de reflexiones críticas sobre la educación física como disciplina, a través de una lectura de las formas con las que actúa sobre los cuerpos conforme a los proyectos políticos y socioeconómicos que la sostienen. Por lo que se refiere a la enseñanza, esta práctica tiene el poder de controlar, normalizar, determinar los cuerpos, reproduciendo modelos funcionales al sistema socioeconómico. A través de las prácticas de saber y poder de la educación física sobre el cuerpo, ocurre una de-subjetivación, dentro de la cual conductas, comportamientos y hábitos acaban siendo naturalizados. A lo largo del texto se presentan algunas pistas teóricas para intentar desenmascarar los asuntos ideológicos que determinan la disciplina educación física, y al mismo tiempo para repensarla como campo de resistencia a los dispositivos normalizadores, a partir del paradigma antropológico de la incorporación.

Palabras Clave: Incorporación; Educación Física; Cuerpo; Resistencia.

The resistance of the body

Abstract

This theoretical essay proposes a set of critical reflections on physical education as a discipline, through a reading of the ways in which it acts on the bodies according to the political and socioeconomic projects that support it. Legitimate by institutional devices, such as the school, this practice has the power to control, normalize, determine bodies, reproducing functional models to the socioeconomic system. Through the practices of knowledge and power of physical education on the body, there is a de-subjectivation, within which behaviors, behaviors and habits end up being naturalized. Throughout the text are presented some theoretical clues to try to unmask the ideological issues that determine the discipline physical education, and at the same time to rethink it as a field of resistance to the normalizing devices, from the anthropological paradigm of incorporation.

Key-Words: Incorporation, Physical Education, Body, Resistance.



Introdução

*“Certo bisogna farne di strada
da una ginnastica d’obbedienza
fino ad un gesto molto più umano
che ti dia il senso della violenza...”*
(F. De André - Nella mia ora di Libertà)

As reflexões que seguem afetam o complexo campo da educação física enquanto “disciplina” do corpo¹, entendida como prática dinâmica de poder e de saber, caracterizando-a como dispositivo de domínio e controle. Ou seja, no sentido de Giorgio Agamben, é uma prática do corpo que tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos, mas também, na perspectiva de Deleuze, a possibilidade de agir neles. Como destacado pela genealogia foucaultiana sobre a “descoberta” moderna do corpo como objeto do saber e alvo do poder, os dispositivos institucionais, através de um articulado sistema de técnicas, procedimentos e metodologias, respondem a uma economia política focada na multiplicação das forças produtivas e a preservação das relações de dominação. Tudo isso produz, no caso da educação física, uma (des)subjetivação, ou melhor uma forma de subjetivação sujeitada, voltada para a produção de um trabalhador politicamente dócil e economicamente profícuo (FOUCAULT, 1976), capaz de tornar produtivas atividades que, à princípio, não seriam produtivas, como por exemplo o esporte (BOURDIEU, 1978). A praticabilidade política e social da educação física está ligada com a sua legitimidade dentro dos dispositivos institucionais, quais o exército, a escola, as fábricas, as prisões e os hospitais (KIRK, 1998), que agem sobre os corpos normalizando as atitudes e os comportamentos para perseguir um projeto econômico e político de construção de um corpo dócil, útil e produtivo².

O poder estudado por Foucault, não é simplesmente violento, mas é capaz de induzir efeitos produtivos, de fazer “ver e falar” que, em particular a partir da influência do neoliberalismo, a disciplina foi flanqueada por dispositivos biopolíticos nos quais os corpos vem sendo incitados, gerenciados, orientados e submetidos por um poder internalizado no próprio corpo, como por exemplo acontece na perspectiva do *fitness*.

As reflexões aqui apresentadas pretendem marcar alguns pontos que podem ajudar a educação física à sair do status de “disciplina” do corpo para se tornar um espaço de

1 Com o termo “disciplina do corpo” queremos identificar de forma ambivalente, seja uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, seja a gênese de um conhecimento sobre o corpo como uma específica disciplina de ensino que com o passar do tempo, através uma série de instrumentos, técnicas, procedimentos e métodos foi institucionalizada com o nome de educação física.

2 Sobre a dicotomia produtivo/improdutivo para compreender a forma como o trabalho pedagógico se materializa na prática social das atuais condições da educação brasileira, inserida no seio do modo de produção capitalista, destacamos os trabalhos sobre a escola de FRIGOTTO, G. (1999) A produtividade da escola improdutivo. São Paulo: Cortez; e mais especificamente sobre educação física a obra de FRIZZO, G. (2008) A produtividade da Educação Física improdutivo, Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 03, p. 209-232



subjetivação em que os corpos possam liberar a sua grande força instituinte³. O objetivo desse trabalho não é politizar a educação física, pois ela já está fortemente politizada, mesmo inconscientemente, inclusive pela ideologia burguesa-capitalista. Contrariamente, este artigo pretende estimular uma reflexão crítica para desmascarar os assuntos ideológicos que influenciam as práticas dessa disciplina que, (re)produzem *habitus* funcionais ao sistema sociopolítico e econômico.

Tais reflexões, partem de problematizações de carácter antropológico, político e social e pretendem conectar-se com diferentes áreas de pesquisa, como por exemplo os *Cultural Studies* que surgiram na Inglaterra na década de 1950⁴ e com a produção do movimento brasileiro de pesquisadores da educação física, automeado Movimento Renovador, que aconteceu no Brasil na década de 1980. A intenção deste trabalho é manter o foco nos processos sociais e políticos que investem o corpo, para desmontar o determinismo biológico (mas também o cultural), e repensar a educação física metodologicamente a partir do paradigma antropológico da incorporação (CSORDAS, 1990) e da ação da agência, pela qual as ações humanas estão dialeticamente conectadas a estrutura social, resistindo a relações específicas de poder e subordinação não somente de forma racional, mas também como uma verdadeira crítica encarnada.

Educação física como “técnica de governo” do corpo

Querendo subtrair o corpo do determinismo biológico que limita a ação social da educação física, é necessário antes de tudo desmascarar a ideologia cientificista dominante que o legitima, desenvolvida a partir da dicotomia cartesiana entre mente e corpo, que sobrepõe este último com o organismo biológico. Com particular referência às políticas da biomedicina, é interessante notar como agem sobre os comportamentos ditos “anormais”, patologizando-os e medicalizando-os, fazendo com que o corpo, o normal e o patológico se tornem “biologicamente funcionais” (ONG, 1987) para o sistema econômico e sociopolítico.

A patologização do anormal é um mecanismo de defesa e instrumento de controle social capaz de construir novas formas de autoridade política voltado para a normalização do sujeito e a sua re-inclusão dentro do sistema (ROSE, 1996, p.196).

Mas como isso se reflete no campo da educação física? Para identificar essas conexões é particularmente interessante analisar uma das “doenças” do movimento mais discutidas in hoje: a síndrome TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), sobretudo em relação com o ambiente escolar. Para compreender essa patologia e a sua “cientificidade”, temos que partir das definições oficiais fornecidas respectivamente pelo manual diagnóstico CID-10 (Classificação Internacional de Doenças)

3 Com esse termo nos queremos falar do impulso transformativo que se opõe dialeticamente com o instituto, que ao contrario procura preservar a situação como ela é.

4 Os *Queer Studies* e os *Disability Studies* serão tratados mais especificamente ao longo do texto. Apesar dos *Physical Cultural Studies* representarem também uma contribuição central para este assunto, os autores escolheram não aprofundar estes últimos, que precisariam de uma ampla análise não conciliável com o espaço desta escrita, para serem devidamente apresentados.



e DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais)⁵. Essas definições⁶, mesmo assumindo uma causalidade orgânica como origem da doença, constituem exclusivamente descrições do comportamento, totalmente abstraídas do contexto sociocultural da pessoa para legitimar uma perspectiva biomédica. Os demais determinantes estruturais, sociais ou culturais que levam a pessoa a aquele comportamento em um específico contexto institucional, são ignorados e reduzidos a um papel secundário ou não influente.

Esse assunto sobre a patologização e medicalização do movimento é particularmente interessante do ponto de vista da educação física, na perspectiva de que ela seja entendida como uma *técnica de governo* do corpo, após a forte influência social das assim chamadas “disciplinas *Psy*”⁷, que redefinem a subjetividade em termos psicológicos e neuroquímicos (ROSE, 2007). Essa perspectiva biomédica de leitura do movimento humano, reduz o corpo à “organismo motor” (DE MENNATO, 2004), e foca a sua intervenção social no si neuronal, reconfigurando a educação física na perspectiva das políticas da vida, técnicas de poder biopolíticas que possibilitam novas formas de governo dos corpos e de lucro econômico.

A instituição, que nesse caso seria a escola, chama em causa as ciências psiquiátricas, através da gestão terapêutica do si, para normalizar os comportamentos sociais fora da norma: «Por um lado o poder escolar representa uma realidade que legitima o poder psiquiátrico como meio para poder identificar e especificar aqueles que são definidos os retardados mentais; por outro lado, o poder psiquiátrico permite o funcionamento da realidade escolar⁸» (FOUCAULT, 2010, p. 201). Paralelamente, a crescente biologização da psiquiatria, através da sua estreita ligação com o tratamento farmacológico, alimenta a comercialização de medicamentos direcionados às problemáticas ligadas ao comportamento, produzindo um processo ético-político que se manifesta sob a forma de verdadeiras terapias de normalização que Nicolas Rose chama de “*self* neuroquímico” (2003), dentro do qual a própria educação física parece atuar, na medida em que reduz o corpo a organismo motor.

Rose liga o nascimento das disciplinas *Psy* com o desenvolvimento de tecnologias de governo liberais e afirma que os expertos dessas ciências adquiriram uma posição de poder privilegiada nos últimos séculos, porque são exatamente essas disciplinas que pretendem entender os determinantes intrínsecos da conduta humana, que afirmam a própria habilidade de fornecer o apoio apropriado, no conhecimento, no juízo e na técnica (ROSE, 1996, p.12).

5 ICD-10 é a décima revisão publicada em 1992 pela Organização Mundial da Saúde, é a mais popular entre os estados da comunidade europeia. O DSM-V é a quinta revisão publicada em 2013 pela American Psychiatric Association (APA).

6 Deixando de lado as diferenças que se encontram nos manuais diagnósticos ICD-10 e DSM-V, podemos observar que os critérios adotados para a individualização e avaliação da “criança TDAH”, são explicitamente construídos com relação a uma expectativa de *performance* dentro de um específico contexto, que muitas vezes é o contexto escolar.

7 As ditas disciplinas *Psy* (*Psychology*), são todas aquelas que se baseiam na dicotomia cartesiana, da psicologia até a psiquiatria, e que tiveram um papel importante na produção e ação do “si desencarnado”.

8 Tradução dos autores.



“A biopolítica hoje depende da criação capilar de novos fenômenos, do enorme poder informático do aparato que tenta conectar as histórias médicas e as genealogias familiares com as sequências genômicas, do poder de mercado das sociedades farmacêuticas, das estratégias reguladoras da ética da pesquisa, dos comitês/entes para a autorização dos fármacos e das comissões bioéticas, e naturalmente, da pesquisa de lucro e de valor acionário que permite essa situação. É aqui, nas práticas do biopoder contemporâneo tem que procurar as novas formas de autoridade” (ROSE, 2008, p.40). As ciências *Psy* na educação física tem tido um papel constitutivo nas práticas de sujeição que são imprescindíveis para a governabilidade (as técnicas de governo) das democráticas (neo) liberais, assim como nas estratégias autoritárias de governo. A este respeito pensamos que um dos jeitos para poder sair desse status de técnica de governo, seria enfrentar uma discussão crítica sobre os temas antropológicos da cultura do corpo.

A cultura do corpo

Para começar uma reflexão sobre educação física e práticas corporais, do ponto de vista antropológico, tentando colocar em pauta as novas estratégias de governo do corpo, é interessante examinar o trabalho do Coletivo de Autores¹⁰: “desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros que podem ser identificados como forma de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38). Este grupo de autores e pesquisadores da área da educação física aparece entre os mais importantes do assim chamado Movimento Renovador, graças a sua abordagem crítico-superadora que afirma como o corpo seja uma realidade historicamente produzida, e como por causa disso exista uma cultura do corpo como resultado de processos políticos e sociais. Contudo os autores do Movimento Renovador nunca apresentaram uma interpretação unívoca para este problema, alguns deles influenciados pela antropologia interpretativa de Clifford Geertz se posicionaram de forma bem diferente sobre este assunto. No texto de Daolio que analisa os autores mais importantes deste movimento intitulado *Educação física e o conceito de cultura* (2004) por exemplo, indica-se na “cultura corporal” ou “cultura corporal do movimento” o principal objeto da educação física. Em fazer esta leitura, o autor traz dois problemas: o primeiro é entender o corpo como uma representação mental, concepção parecida com aquela das neurociências; o segundo consiste em conseguir “salvar” o corpo do determinismo biológico, mas caindo no determinismo cultural sem perceber a enorme força resistente e criadora que o corpo opera nas transformações sociais. O assunto da cultura, no qual

9 Tradução dos autores.

10 O Coletivo de Autores é um grupo de seis autores (Carmen Lúcia Soares, Celi Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht) que nasceu com a publicação do livro *Metodologia do Ensino de Educação Física* em 1992, pela editora Cortez, que representa uma importante referência no campo da Educação Física escolar brasileira. O objeto de trabalho principal do grupo é a análise da cultura corporal com relação a Educação Física em uma perspectiva crítica-superadora.



uma parte do Movimento Renovador renovador têm sido particularmente interessada, elaborado pelo antropólogo americano Clifford Geertz, que com a sua antropologia interpretativa, subverte o racionalismo científico chamado no campo da antropologia de “paradigma da ordem”, identifica na análise cultural, o papel de natureza primariamente hermenêutica, baseado na ideia de que as culturas são compostas essencialmente de significados e concebendo-as no plano meramente simbólico, entrando em uma deriva culturalista. Tentando abrir um diálogo entre a produção dos autores brasileiros e os anglo-saxões *Cultural Studies*, podemos ver que autores como Stuart Hall - que pertencem a segunda geração dos *Cultural Studies* - põe criticamente a questão da deriva culturalista, assim como destacado por Mellino (2005). Para este autor a primeira fase dos *Cultural Studies* foi “dominada pelo ‘paradigma culturalista’, ou seja focada principalmente sobre o fazer da cultura uma força ativa de significado, em vez de destacar as condições estruturais da sua produção¹¹” (MELLINO, 2005 p. 64). Depois de Hall, sobretudo na década de 1990, os estudos culturais devido também a sua dobra ligação com a pedagogia, começaram a ser lidos como âmbitos “complexos e conflituais, que nunca podem ser separados do próprio contexto de articulação, já que nunca existem fora deste contexto¹²” (GIROUX & McLAREN, 1994), levando adiante um conceito de cultura muito próximo com aquele de prática produzida por uma multiplicidade de forças (determinações e efeitos). Devido também a essa virada, desenvolveu-se dentro dos *Cultural Studies* um movimento acadêmico específico chamado *Physical Cultural Studies*, que tenta dar respostas teóricas e políticas as problemáticas sociais emergentes¹³. Partindo das sugestões dadas pela ruptura epistemológica na educação física operada pelo Movimento Renovador e dos *Cultural Studies*, com uma abordagem mais biologicista, mas atentos a não cair no paradigma culturalista, gostaríamos de explorar a multiplicidade ontológica do corpo utilizando um conceito que sedimentou-se na antropologia da década de 1990 como paradigma da incorporação. Preocupado com a subjetividade e a experiência dos atores sociais, através de uma abordagem econômico-política, capaz de entender as ações de forças macrossociais mais amplas. Seguindo nesse assunto, além da perspectiva da incorporação, é interessante pensar na de agência, ou seja, como as pessoas exercitam a própria influência sobre as estruturas sociais e políticas mais amplas, e ao mesmo tempo como essas estruturas as influenciam.

O paradigma da incorporação desenvolve-se a partir de dois conceitos: o primeiro, oriundo da filosofia fenomenológica da percepção de Merleau-Ponty (1945), que põe o corpo não como um “objeto” político, histórico e cultural, mas como “sujeito” político, histórico e de cultura. O outro, é o conceito de *habitus*, que vem do pós-estruturalismo de Bordieu, entendido como “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2005, p.84).

Através a dialética do conhecimento pré objetiva de Merleau-Ponty, Csordas que marcar o fato que o corpo antes de adquirir uma ontologia própria é produzido pela

11 Tradução dos autores.

12 Tradução dos autores.

13 Veja-se o artigo de Simone Fullagar conteúdo neste mesmo dossiê: “A Physical Cultural Studies perspective on physical (in)activity and health inequalities: The biopolitics of body practices and embodied movement”.



experiência da subjetividade, que o corpo faz culturalmente e politicamente. Com o conceito de *habitus* refere-se às “diferentes formas em que mundos sociais específicos investem, modelam e exibem os corpos humanos, assim como as práticas de incorporação através das quais as estruturas sociais são concretamente internalizadas pelos agentes que as vivenciam¹⁴” (WACQUANT, 2003, p. 181). Temos que entender o *habitus* como um capital cultural incorporado, ou como modalidade de estar no mundo que se produz a partir da incorporação como vivência corpórea de trocas perceptivas, produzidas através da socialização do indivíduo. Falar de *habitus* e de incorporação em uma perspectiva fenomenológica cultural significa então falar de uma “subjetividade socializada”, ou seja, afirmar que o que é individual, pessoal ou subjetivo é também social e coletivo, mas também vem de um processo de subjetivação mútua. O corpo, aliás, não é só memória social coletiva¹⁵, é também o veículo da ação criativa e da transformação cultural. Aparece particularmente interessante a correlação da experiência incorporada dos atores sociais com as relações de poder que a produziram. Contudo, tais relações, necessárias para alcançar uma maior autonomia, como afirma Foucault, sempre coexistem com a possibilidade concreta de cair naquelas que o filósofo francês chamava de situações de domínio, ou seja situações nas quais o poder é exercido somente em uma direção, sem deixar espaços de liberdade aos indivíduos mais vulneráveis para que possam renegociá-lo. Este discurso acaba por ser particularmente interessante para o estudo das modalidades com as quais o currículo escolar vem sendo construído e reformado, já que enfrenta as questões fundamentais da distribuição do poder na escola (McCARTHY, GIARDINA, HAREWOOD & PARK, 2003) e as relações de domínio, que historicamente se depositaram em âmbitos disciplinares como a educação física; doutro lado, em uma leitura mais proativa, tal perspectiva pode ser utilizada para repensar os saberes a luz do conceito de resistência. Ou seja através de uma análise focada nas modalidades com as quais as estruturas sociais e políticas tendem influenciar e dominar os sujeitos, e sobre como esses sujeitos agem transformando-as, considerando todas as formas de resistência, mesmo aquela *agency* que se configura como crítica encarnada. Retomando o exemplo da síndrome TDAH, podemos ler esse fenômeno, a partir da incorporação, como a (re)ação médica de patologização de uma «resistência política» (ERICKSON, 1993, p.36), que se contrapõe ao poder disciplinar voltado a produção de corpos dóceis (FOUCAULT, 1976). Nessa mesma direção, Peter McLaren em *Schooling as a Ritual Performance* (1986) compara as práticas do poder pedagógico ao sistema ritual, subdividindo as atividades educativas em dois tipologias opostas uma à outra, aquelas que pertencem a assim chamada “estrutura da conformidade” e aquelas que fazem parte da “anti-estrutura da resistência”. Nestas últimas estão envolvidas toda uma série de atos através dos quais os alunos se opõem e resistem aos mecanismos de controle e da disciplina escolar, ativando um processo de fuga do poder. Transformar a educação física além da disciplina, significa torná-la um espaço de subjetivação, através da tomada de consciência do saber prático, onde as subjetividades tomam consciência e se ativam

14 Tradução dos autores.

15 Esse termo se refere sobretudo aos estudos de Connorton Paul (1989), quais e conhecidas, como a escrita, a performance corporais rituais em que a memória performativa é corpórea.



através do relacionamento crítico com os processos ligados à própria construção/construção, também através ações de *agency* não imediatamente politizadas em uma relação dialética entre corpo e o instituto social, um corpo que não se apresenta apenas como um objeto dócil que sofre o poder, mas sendo dentro de uma relação, consegue dobrá-lo também. Dentro desse quadro teórico onde a prática sempre se posiciona socialmente e politicamente, as práticas do corpo põem em evidência o modo como a sociedade produz o corpo-sujeito em uma dimensão dialeticamente e ecologicamente conectada. Também evidencia como este corpo, ao mesmo tempo, resiste, transforma e reproduz a educação física também.

Além da “disciplina” do corpo

Para contribuir com a obra de desmascaramento dos dispositivos de domínio que alcança o corpo, che fa presa sul corpo, sujeitando-o, individualizando-o e normalizando-o, imaginamos assim como Grossberg (1994) imagina os estudos culturais não somente como uma crítica às disciplinas, mas sim como uma alternativa às *Humanities*, através uma reforma radical da *General Educational*. Algumas pistas para esta reflexão podem ser encontradas nas perspectivas teóricas que surgem a partir dos *Cultural studies*. Essas abordagens mostram a possibilidade de construir uma educação física que saiba agir para além da disciplina das práticas governamentais e criar um relacionamento dialético entre o corpo e o instituto social.

Pegando como exemplo os *Queer studies* e os *Disability studies*, é possível refletir sobre como campo da educação física precise desconstruir o conceito de normalidade e colocar em discussão o poder disciplinar que age sobre os corpos normalizando-os para torná-los úteis, dóceis e produtivos. Mais especificamente os *Queer studies* podem contribuir para este objetivo graças ao foco nos dispositivos de controle e regulação do sexo, e os *Disability studies* através a análise crítica do corpo assim chamado “deficiente”.

Atividades como o esporte inseridas em uma educação física que reproduz um discurso mecanicista de “educação do físico”, que privilegia o desenvolvimento de habilidades motoras e a forma física, correm o risco de manter o status quo, como escreveram Roger Rees e Andrew Miracle (2000), fortalecendo muitas vezes as desigualdades preexistentes, de tipo sexista e racista (mas também abilista¹⁶), mas também de responder a certos dispositivos de normalização sobre “subjetividades imprevistas”. A perspectiva dos *Queer studies* influenciada pelo pós-estruturalismo, se reflete no corpo nos campos do feminismo, da filosofia política e da ética, contra a imposição da literatura feminista, que aceita acriticamente o paradigma heterossexual fundado sobre a distinção entre sexo e gênero, onde o gênero é considerado como completamente livre e o sexo como natural e vinculado a biologia. Os *queer studies* ao contrário, afirmam que a dupla sexo/gênero não corresponde à dupla natureza/cultura, mas sim a tentativa de converter fatores culturais a dados naturais. Esses conceitos são traçados pela primeira vez de forma sistemática no livro *Gender Trouble* (1990) de Judith Butler, um dos manifestos da

16 Para “abilismo” entende-se: “[...] a network of beliefs processes and practices that produces a particular kind of self and body (the body standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human. Disability then is cast as a diminished state of being human” (CAMPBELL, 2001 p.44).



Queer theory. A autora se opõe a imposição feminista da diferença que sempre quis reproduzir a imagem da mulher como sujeito coerente e estável, afirmando a necessidade primária de lutar contra o paradigma heterossexual. O esforço para delimitar e definir o sexo que acompanhou toda a cultura ocidental, impede de compreender de forma completa as relações de poder que lhe são ligadas. Tudo isso resulta particularmente interessante para quem, como no caso dos profissionais de educação física, trabalha “com” e “através” do corpo, porque permite de afastar-se do determinismo biológico, entendendo as formas de *agency* e incorporação produzidas a partir das suas práticas. Continuando nesse assunto, é interessante constatar como a natureza das mulheres é construída desde a infância “é construída através de uma compressão desproporcional que vê a integração de saberes diferentes (medicina, fisionomia, educação, religião, etc.), que oferecem uma série de técnicas e ferramentas (ataduras, exercício físico, roupas, indicações alimentares, controles sexuais, etc). Aspira-se a estabelecer uma funcionalidade dos corpos, uma própria homeostase interna, uma regularidade (de novo) normal e produtiva¹⁷” (MARIANI, 2000, p. 51).

Tudo isso permite de identificar, por exemplo, a “natureza fraca” da mulher, não como destino biologicamente determinado, mas como uma sucessão de práticas do corpo e técnicas que produzem verdadeiras modalidades existenciais, que permitem que os meninos desde a infância possam marcar a própria posição hierárquica sobre as meninas. Muitos trabalhos de pesquisa descrevem a educação física como uma disciplina capaz de modelar o corpo e a sua fisicidade, a pesquisa de Prout (1989) demonstra como meninos e meninas do ensino básico respondem de forma diferente as doenças: as meninas incrementaram a atenção e o interesse recíproco, diferentemente para os meninos a enfermidade era considerada uma forma de fraqueza e um pretexto para a competição. Essa diferença emergiu tanto em termos simbólicos como físicos, por exemplo através do intenso envolvimento dos meninos em esportes de contato físico.

A perspectiva dos *queer studies* contradiz por exemplo a categorização sexual esportiva, onde o sexo é visto algo de natural e imutável no plano biológico e o gênero é considerado como uma produção social encarnada no corpo sexuado. Categorizar os esportes por sexo representa a tentativa de tornar natural algo de culturalmente constituído, utilizando um dispositivo biopolítico que entra em crise quando encontra, por exemplo, uma condição de intersexualidade¹⁸.

Os *Disability studies* doutro lado criticam os processos de normalização e pesquisam a complexidade que caracteriza o conceito de deficiência, declinando-a e estudando-a não só como uma condição biológica ou como um sinônimo de déficit, mas como uma forma de opressão social contra quem se diferencia da norma (ABBERLEY, 1987). O objetivo destes estudos é colocar em discussão o conceito de normalidade, pressuposto indispensável para validar e legitimar uma série de práticas sociais consideradas naturais, que na verdade, é resultado de teorias e paradigmas culturais dominantes. Esses estudos tem uma componente social, cultural e político forte, tendo como foco a promoção da mudança da sociedade através de uma participação ativa das pessoas

17 Tradução dos autores.

18 Sinalizamos o trabalho de Elisa Virgili, Olimpiadi. L'imposizione di un sesso, Mimesi, Milano, 2012.



com deficiência sobre as escolhas que afetam suas vidas, diferenciando-se das outras abordagens tradicionais, que só querem integrar uma “azarada” minoria da população na sociedade assim como ela é. Os *disability studies* investigam a sociedade dentro da qual a pessoa com deficiência vive, criticando o assunto que relaciona de forma causal o “ter” uma deficiência com o “ser” deficiente, refletindo sobre o fato de que é a nossa sociedade que nos torna deficientes sendo fundada na lógica de um mercado competitivo. Ao invés de lutar contra as deficiências individuais, como a biomedicina se propõe, os *Disability studies* miram identificar as condições discriminantes tais como a pobreza, o desemprego, as políticas educativas e sociais incapacitantes, as barreiras arquitetônicas comunicativas e culturais e as atitudes sociais que produzem a exclusão da cidadania ativa, causando a dependência de grupos específicos (OLIVER, 1990) por não corresponderem às expectativas de habilidades impostas pela sociedade. A educação física teria assim, um enorme potencial de transformação social, se rompesse com o seu poder/saber disciplinar, desfrutado pela estrutura socioeconômica para produzir desigualdades sociais, naturalizando-as e tornando-as imutáveis. Ir além da disciplina, significa expor através da educação física a naturalização da cultura dominante que a partir do corpo, produz condições de subordinação e controle social. A educação física deveria começar articular novas práticas resistência que saibam olhar para os corpos “além” do poder disciplinante e de controle, em uma direção clara, libertadora e transformadora.

Conclusões

A luz das reflexões enfrentadas nas páginas precedentes a educação física tem potencial para se tornar um espaço de subjetivação, que através da análise do processo de incorporação saiba reconhecer as técnicas de governo e os estados de domínio, além das transformações culturais contemporâneas. Para empreender esta direção emancipatória a educação física precisa saber antes de tudo transtornar a relação pedagógica, entre governante e governado, trabalhando, assim como aponta Valter Bracht, para uma concepção aberta de ensino: “com a perspectiva de que a aula de educação física pode ser analisada em termos de um continuum que vai de uma concepção fechada a uma concepção aberta de ensino, e considerando que a concepção fechada inibe a formação de um sujeito autônomo e crítico, essa proposta indica a abertura das aulas no sentido de se conseguir a co-participação dos alunos nas decisões didáticas que configuram as aulas” (1999, p. 80).

Resgatando sua potencialidade como prática de resistência aos dispositivos que capturam o corpo em uma visão reducionista, de-subjetivante e biologicamente determinada, a educação física pode reverter seu papel de mecanismo de controle legitimado pelos interesses do sistema socioeconômico, e tornar-se espaço de subjetividades e transformações culturais e sociais.



Referências

- ABBERLEY, P. (1987). The Concept of Oppression and the development of a Social Theory of Disability. In *Disability & Society*, 2 (1), pp. 5-19, Routledge, New York, London.
- BORDIEU, P. (2005). *Controfuochi: argomenti per resistere all'invasione neo-liberista*, Reser, Milano.
- BORDIEU, P. (1978). Sport and social class. In *Social Science Information*, 17(6), pp.819-840.
- BRACHT, V. (1999). A constituição das teorias Pedagógicas da Educação Física. In *Caderno Cedes*, ano XIX, Nº 48, pp.69 -88.
- BUTLER, J. (1990) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, New York, London
- CAMPBELL, F.K. (2001). Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of Law, In *Griffith Law Review*, 10, pp. 42-62.
- CSORDAS, T. J. (1990). Embodiment as a Paradigm for Anthropology. In *Ethos. Journal of the Society for Psychological Anthropology*, vol 18, n.1, pp. 5-47,
- COLETIVO DE AUTORES (1992). *Metodologia do ensino de educação Física*, Cotez Editoria, São Paulo.
- DAOLIO, J. (2004). *Educação física e o conceito de cultura*. Campinas, Autores Associados, São Paulo.
- DE MENNATO, P. (2004). Le intelligenze del corpo. Un'epistemologia costruttivista dell'educazione motoria. In AA.VV. *Pedagogia ed educazione motoria*, Guerini Associati, Milano. pp. 177- 209
- ERICKSON, F. (1993). *Transformation and School Success: The Politics and Culture of Educational Achievement*, In JACOB E.; JORDAN, C. *Minority Education: Anthropological Perspective*, Norwood, Ablex Publishing Corporation, New Jersey.
- FOUCAULT, M. (1975). *Surveiller et punir*. Gallimard, Paris.
- FOUCAULT, M. (2010) *Il potere psichiatrico. Corso al Collège de France (1973-1974)*, Feltrinelli Editore, Milano.
- GIROUX, H.A. & McLAREN P. (eds.) 1994, *Between Borders. Pedagogy and the Politics of Cultural Studies*. Routledge, New York, London.
- GROSSBERG, L. (1994), *Bringin' It all Black Home – Pedagogy and Cultural Studies*, in Giroux, H.A. & McLaren P. (eds.) 1994, *Between Borders. Pedagogy and the Politics of Cultural Studies*. Routledge, New York, London.
- KIRK, D. (1998) *Schooling Bodies: School Practice and Public Discourse 1880-1950*. Leicester University Press, London.
- MARIANI, A. (2000). *Foucault: per una genealogia dell'educazione*, Liquori Editori, Napoli.

- MARLEAU-PONTY, M. (1945) *Phénoménologie de la perception*, Gallimard, Paris.
- McCARTHY, C. MICHAEL GIARDINA, SUSAN JUANITA HAREWOOD, and JIN-KYUNG PARK (2003) Afterword: Contesting Culture: Identity and Curriculum Dilemmas in the Age of Globalization, Postcolonialism, and Multiplicity. *Harvard Educational Review*: September 2003, Vol. 73, No. 3, pp. 449-465.
- McLAREN, P. (1989). *Life in schools. An introduction to Critical Pedagogy in the Foundations of Education*, Longman, New York.
- MELLINO, M. (2005). *La critica postcoloniale. Decolonizzazione, capitalismo e cosmopolitimo nei postcolonial studies*. Meltemi, Roma.
- OLIVER, M. (1990). *The politics of Disablement*, Macmillan, Basingstoke.
- ONG, A. (1987). *Spirits of Resistance and Capitalist Discipline, Factory Woman in Malaysia*. State University of New York Press, Albany,.
- PROUT, A. (1989). Sickness as a Dominant Symbol in Life Course Transitions. An illustrated Theoretical Framework. In *Sociology of Health and Illness*, 11 (4), pp. 336-59.
- REES, R. & MIRACLE, A. (2000). Udcation and sports. In J.J. Coakley, E. DUNNING (a cura), *Handbook of Sports Studies*,Lowkm, Sage.
- ROSE, N. (1996). *Inventing our selves. Psychology, power, and personhood*. University Press, Cambridge.
- ROSE, N. (2003) *The Neurochemical Self and its anomalies*. In Ericson, R. (Ed.) *Risk and Mortality*, Pp. 407-437. University of Toronto Press, Toronto.
- ROSE, N. (2007) *The Politics of Life Itself. Biomedicine Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*, Princeton University Press.
- WACQUANT, L., (2003). La fabrique de la cogne. Capital corporel et travail corporel chez les boxeurs professionnels, *Quasimodo*, n. 7, pp. 181-201.

Sobre os autores

Antonio Donato

Doutorando em Ciências Pedagógicas, da Educação e da Formação no Departamento de Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Psicologia Aplicada (FISPPA) da Universidade de Padova, estuda os processos de subjetivação ligados às práticas do corpo e desenvolvendo o conceito de corpo ecológico.

Leonardo Tonelli

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduado em Educação física com Especialização em Ciência e técnicas de atividade motora preventiva e adaptada pela Universidade de Bolonha (UNIBO). Colabora com o Observatório Saúde em Movimento (UFRGS) e atua na Associação Leib.



